

Caruaru **Pernambuco - PE**

Histórico¹

A cidade de Caruaru começou a tomar forma em 1681, quando o governador Aires de Souza de Castro concedeu à família Rodrigues de Sá uma sesmaria (concessão de terras com o intuito de desenvolver a agricultura e a criação de gado) com 30 léguas de extensão (aproximadamente 12 hectares), denominada Fazenda Caruru. Mas, apenas em 1776, José Rodrigues de Jesus decidiu voltar para a fazenda do pai, que havia passado alguns anos abandonada. Pouco tempo após a morte do patriarca, a fazenda ganhava uma capela, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, que foi acolhendo um pequeno povoado ao seu redor.

Caruaru tornou-se cidade, uma das primeiras do Agreste pernambucano, pelo projeto nº 20, do deputado provincial Francisco de Paula Baptista, defendido em primeira discussão em 03 de abril de 1857, depois de aprovação sem debate, em 18 de maio do mesmo ano, com a assinatura da Lei Provincial nº 416, pelo vice-presidente da província de Pernambuco, Joaquim Pires Machado Portela.

Gentílico: caruaruense

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Caruaru, pela Lei Municipal n.º 3, de 02-12-1892, subordinado ao município de Bonito.

Elevado à categoria de vila com a denominação de Caruaru, pela Lei Provincial n.º 212, de 16-08-1848, desmembrado de Bonito. Instalada em 16-09-1849.

Elevado à condição de cidade e sede do município com a denominação de Caruaru, pela Lei Provincial n.º 416, de 18-05-1857.

Pela Lei Municipal de 15-11-1896, e Lei Municipal n.º 3, de 02-12-1892, é criado o distrito de Carapotós e anexado ao município de Caruaru.

Pela Lei Provincial n.º 133, de 02-05-1844, é criado o distrito de São Caetano da Raposa e anexado ao município de Caruaru.

Pela Lei Municipal 15-11-1907, é criado o distrito de Antônio Olinto e anexado ao município de Caruaru.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 4 distritos: Caruaru, Carapotós, São Caetano da Raposa e Antônio Olinto.

Pela Lei Municipal n.º 149, de 02-12-1919, é criado o distrito de Trapiá e anexado ao município de Caruaru.

Nos quadros de apuração de recenseamento geral de 1-IX-1920, o município é constituído de 5 distritos: Caruaru, Antônio Olinto, Carapotós, São Caetano da Raposa e Trapiá.

Pela Lei Estadual n.º 1.931, de 11-09-1928, desmembra de município de Caruaru os distritos de São Caetano da Raposa e Antônio Olinto, para constituir o novo município de São Caetano (ex-São Caetano da Raposa).

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 3 distritos: Caruaru, Riacho Doce (ex-Carapatós) e Riacho das Almas (ex-Trapiá).

Pelo Decreto Estadual n.º 952, de 31-12-1943, o distrito de Riacho Doce voltou a denominar-se Carapotós.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 3 distritos: Caruaru, Carapotós (ex-Riacho Doce) e Riacho das Almas.

¹ **Fonte:** Caruaru (PE). Prefeitura. 2013. Disponível em: <<http://www.caruaru.pe.gov.br>>. Acesso em: maio 2013.

Pela Lei Estadual n.º 289, de 30-12-1953, confirmado pela Lei Estadual n.º 1.819, de 30-12-1953, é criado o distrito de Gonçalves Ferreira e anexado ao município de Caruaru.

Pela Lei Municipal n.º 271, de 15-10-1953, é criado o distrito de Lajedo do Cedro e anexado ao município de Caruaru.

Pela Lei Estadual n.º 1.818, de 30-12-1953, desmembra do município de Caruaru, o distrito de Riacho das Almas. Elevado à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 4 distritos: Caruaru, Carapatós, Gonçalves Ferreira e Lajedo do Cedro.

Assim permanecendo em divisão territorial datada em 2007.